

Cotação

- Dólar: R\$ 5,38
- Euro: R\$ 6,27



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Sexta-feira • 09 de Janeiro de 2026

CLIPPING

Efemérides

Hoje	10 de Janeiro
<ul style="list-style-type: none">• Dia do Astronauta• Dia do Fico (1822)	<ul style="list-style-type: none">• Festa de São Gonçalo do Amarante

Agenda do dia

Hoje	10 de Janeiro
<ul style="list-style-type: none">• Sem agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • G1 Vanguarda • Bom Dia Vanguarda • Bom Dia São Paulo • Link Vanguarda • Jornal Vanguarda • CBN Vale • TV Câmara Caraguatatuba • Stúdio Web Rádio do Miau • Tamoios News • Diário Caiçara • Notícias do Litoral Norte • Fala Caraguá • Denuncie Aqui • O Vale • Jornal Massaguaçu • Notícias das Praias • Rádio Web Litoral Norte • Jornal Agora Litoral Norte • Radar Litoral • Jornal do Litoral • Meon • Diário Caiçara • Costa Norte • Rock News

Índice

Política.....	4
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
Cotidiano.....	13
Caraguatatuba encanta visitantes de todas as regiões.....	13
Confira a quantidade de “lixo” gerado nas festividades nas cidades do Litoral Norte Paulista.....	14
Prefeitura de Caraguatatuba institui regras da progressão funcional do magistério e avança na valorização dos servidores.....	15
Ação educativa orienta uso de patinetes, bicicletas elétricas e ciclomotores em Caraguatatuba.....	16
❤️ Além da farda: Polícia Militar leva alimento a famílias do Perequê-Mirim, em Caraguatatuba.....	17
Prefeitura de Caraguatatuba reforça importância de respeitar sinalização e não invadir área da Fazenda de Mexilhões da Cocanha.....	18
2ª via do carnê do IPTU de 2026 de Caraguatatuba pode ser baixada no site da Prefeitura.....	19
CCZ DE CARAGUATATUBA ABRE 300 VAGAS PARA CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS NESTA SEXTA-FEIRA.....	20
Última ‘saidinha’ de 2025 termina com 165 foragidos na RMVale.....	21
Caraguatatuba recebe segundo grupo do Projeto Turismo 60+ e reforça compromisso com a valorização da melhor idade.....	22
Litoral Norte tem 9 praias impróprias; veja locais para evitar.....	23
Cultura.....	24
Caraguatatuba é cenário de grandes produções audiovisuais! 🎬🌍.....	24
AGENDA CULTURAL DA SEMANA: 08 A 11 DE JANEIRO.....	25
Geral.....	26
Guarda Municipal de Caraguatatuba prende suspeito com 182 papelotes de cocaína após denúncia de morador.....	26
Segurança urbana: GCM retira homem trancado em banheiro da UBS Tinga e caso termina em detenção.....	27
CAC preso com 10 armas e mais de 1,5 mil munições em Caraguatatuba é solto após audiência de custódia.....	28
🔥🔥 Veículo pega fogo e provoca interdição na Serra da Tamoios.....	29
Após tentar fugir em moto furtada, homem é preso pela GCM com sacola cheia de drogas.....	30
Procurado por receptação é preso no Perequê-Mirim, Caraguá.....	31
Reportagem do Dia.....	32

Reportagem no programa Bom Dia São Paulo.....	32
Reportagem no programa Bom Dia Vanguarda.....	33
Reportagens Passadas.....	34
Reportagem no programa Jornal Vanguarda.....	34
Reportagem no programa Link Vanguarda.....	35
Reportagem no programa Link Vanguarda.....	36
Clipping Eletrônico.....	37
Entrevista com a professora, Paloma Polizeli para a TV Câmara de Caraguatatuba.....	37

Política

Folha de São Paulo



O presidente Lula (PT) exhibe o veto ao projeto da dosimetria, aprovado no Congresso, em Brasília. Jorge Silva/Reuters

Lula contraria Congresso e veta projeto de redução de penas que beneficiaria Bolsonaro

Petista cumpre promessa de barrar dosimetria, mas não quer romper pontes com Legislativo em eventual disputa para tornar o texto lei

Mariana Brasil, Catia Seabra e Caio Spechoto

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) vetou integralmente nesta quinta-feira (8) a redução das penas aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023. A proposta, aprovada pelo Congresso Nacional, também beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que cumpre pena por participar da trama golpista.

"Não temos o direito de esquecer o passado. Por isso não aceitamos nem ditadura civil nem ditadura militar. Viva a democracia", declarou Lula em discurso. "O 8 de janeiro está marcado pela história como o dia da vitória da nossa democracia. Vitória sobre os que tentaram tomar o poder pela força, desprezando a vontade popular expressa nas urnas."

A cerimônia realizada no Palácio do Planalto, com presença em peso de nomes governistas e de movimentos populares alinhados à esquerda, começou com gritos de "sem anistia".

"O dia de hoje, além de estarmos aniversariando três anos do nosso terceiro mandato, é um dia que muita gente deste país pode comemorar. Primeiro pela manutenção do Estado democrático de Direito deste país", disse ainda.

Lula evitou qualquer menção à crise na Venezuela após os ataques dos Estados Unidos ao país e a captura de Nicolás Maduro.

Alvo de disputa entre governo e oposição, a redução das penas acabou sendo aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado.

O veto à flexibilização das penas já era uma intenção declarada do presidente, que chegou a afirmar, durante café com jorna-

listas no dia 18 de dezembro, que vetaria a proposta assim que ela chegasse à sua mesa.

Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), faltaram à cerimônia para não se indispor com parlamentares bolsonaristas. Com a ausência dos chefes do Legislativo, Lula optou por ler a lista completa de autoridades presentes no evento, etapa protocolar que não costuma fazer.

Durante a solenidade, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, disse que os crimes do 8 de janeiro não são passíveis de indulto ou anistia.

"Os crimes cometidos contra o Estado de Direito, como muitos daqueles praticados naquela época recente do 8 de janeiro, conforme consta da Constituição e de decisão do STF, são imprescritíveis, impassíveis de indulto, graça ou anistia, sobretudo quando envolvem grupos civis e militares armados", declarou.

O Congresso ainda pode derrubar o veto de Lula. O governo pretende defender a decisão do presidente no Legislativo, mas sem tensionar a disputa a ponto de comprometer a relação do Executivo com o Parlamento.

O presidente busca atrair aliados de campos políticos diversos para sua candidatura de reeleição em outubro deste ano. Sobressaltos na relação com o Congresso atrapalham esse esforço.

A avaliação exposta por governistas à Folha é que, se o Legislativo decidir rejeitar o veto, isso não poderá fomentar uma ruptura entre os dois Poderes.

Ao vetar a redução de penas, Lula marca uma posição políti-

ca que agrada seu eleitorado tradicional. Mesmo integrantes do alto escalão do governo, porém, relatam nos bastidores que esse veto dificilmente será mantido.

Ainda que o governo não tenha o peso de sua máquina para forçar o apoio a manutenção do veto, aliados de Lula farão uma disputa pela opinião pública.

A avaliação de petistas, principalmente, é que a discussão em torno da redução de penas favorece o presidente. Como mostrou pesquisa Datafolha no mês passado, 54% do eleitorado achou justa a prisão de Bolsonaro. Ou seja: é possível defender o veto ao alívio das punições sem se colocar contra a opinião pública.

O deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que foi relator do projeto na Câmara, criticou a medida de Lula. "O Congresso entregou a bandeira branca da paz do Brasil nas mãos de Lula. Sabe o que ele fez? Rasgou e tocou fogo nela", declarou.

Correligionários de Bolsonaro também se manifestaram.

"Lula vetou para preservar um sistema onde a lei deixa de ser parâmetro e passa a ser ferramenta. Onde a dosimetria não busca justiça, mas exemplaridade punitiva. Onde o cálculo da pena serve para esmagar, não para corrigir", disse o líder do PL na Câmara, Sôstenes Cavalcante (RJ).

O tema deverá se estender além da deliberação do veto pelo Congresso, caso o Legislativo decida rejeitar a decisão de Lula.

Governistas consideram que a redução de penas é inconstitucional, e aliados de Lula deverão buscar o STF para impedir que as punições sejam aliviadas. É pouco provável a ação parta do Planalto.

Folha de São Paulo

Ato sobre 8/1 tem centrão ausente, foco na esquerda e militância morna

Chefes da Câmara, Senado e STF não comparecem a evento promovido pelo governo

BRASÍLIA O ato promovido pelo presidente Lula (PT) para marcar três anos dos ataques de 8 de Janeiro teve pouca adesão fora das forças de esquerda tradicionalmente próximas a ele. A cerimônia foi realizada nesta quinta-feira (8), no Palácio do Planalto.

As principais ausências foram dos presidentes dos demais Poderes — o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin, o deputado federal Hugo Motta (Republicanos PB) da Câmara dos Deputados, e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), do Senado.

O vice-presidente do STF, ministro Alexandre de Moraes, tampouco participou. Ele foi o principal responsável pela ação que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros aliados no processo da trama golpista.

Motta disse a aliados que não compareceria porque os atos de Lula sobre o tema estimulam as disputas políticas entre bolsonaristas e petistas. Ele foi eleito para o cargo com apoio desses dois grupos, e tenta não tomar parte nos atritos entre essas forças. O recesso do Legislativo e do Judiciário também contribuiu para a presença reduzida de lideranças.

Com participação popular morna, o evento foi marcado por movimentos filiados ao PT e PC do B, além de representantes de centrais sindicais.

Na véspera, organizadores já



Manifestantes carregam bandeira do Brasil em ato sobre 8 de janeiro em Brasília. *MATIAS BONOMI/REUTERS*

Principais ausências em ato do 8/1

- **Hugo Motta**
Presidente da Câmara
- **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado
- **Edson Fachin**
Presidente do STF
- **Alexandre de Moraes**
Vice-presidente do Supremo

previam que o ato não teria grande adesão. Para o Planalto, havia preocupação com a circulação de pessoas na praça dos três Poderes, que passa por reforma. O clima chuvoso de Brasília nesta época também seria fator de dispersão de manifestantes.

Foram instalados dois telões e caixas de som para transmitir a quem via da rua a cerimônia oficial, realizada no salão principal do Palácio do Planalto. Após o evento, Lula e a primeira-dama, Janja, desceram a rampa do Palácio e interagiram com os civis na via.

Antes de seu discurso, Lula mencionou que muitos dos presentes estavam de férias — e leu os nomes de todos os políticos, numa tentativa de evitar a visão de que o ato foi esvaziado.

Sem a presença dos presidentes da Câmara e do Senado, vetou durante a cerimônia o projeto de lei que reduz as penas de Bolsonaro e outros aliados condenados pela trama golpista.

Articuladores políticos do Planalto dizem, reservadamente, que Lula deixaria o veto para outro momento se Motta ou Alco-

lumbre fossem à solenidade.

Lula e seus aliados enquadraram o evento como ato em defesa da democracia, sem críticas ao Congresso Nacional. Ainda assim, poucos políticos de fora da esquerda participaram.

O principal representante do centrão sem vínculo direto com o governo visto pela reportagem foi o deputado federal e ex-ministro Juscelino Filho (União Brasil-MA). Outro fora da esquerda foi o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-AL).

Predominavam na solenidade senadores e deputados petistas, como Randolfe Rodrigues (PT-AP), Jaques Wagner (PT-BA) e José Guimarães (PT-CE). Também estavam presentes ministros do governo, como o da Educação, Camilo Santana (PT), da Saúde, Alexandre Padilha (PT), de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), da Cultura, Margareth Menezes, dos Transportes, Renan Filho (MDB) e da Igualdade Racial, Anielle Franco (PT).

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, estava presente no ato, assim como os comandantes das Forças Armadas.

Além deles, estavam no local os governadores Elmano de Freitas, do Ceará, Jerônimo Rodrigues, da Bahia, e Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, todos do PT.

A reação às depredações de 8 de Janeiro de 2023 uniu a cúpula da República em torno do chefe do governo naquele momento. Nos anos seguintes, a união minguou.

Nesta quinta, ministros do governo petista minimizaram as ausências de políticos. "As pesquisas mostram que a grande maioria do povo brasileiro é contra o que aconteceu no 8 de Janeiro", disse Camilo Santana.

Caio Spechoto, Mariana Brasil e Cátia Seabra

Folha de São Paulo



Os presidentes da República José Sarney (PMDB), ao prestar julgamento à Constituição de 1988, e Fernando Collor (à época no PRN), Itamar Franco (PMDB), Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula (PT), Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) em suas cerimônias de posse. Lula Marques - 5 out.88/Folhapress, Lula Marques - 28 set.90/Folhapress, Eugênio Novaes - 29 dez.92/Folhapress, Sérgio Lima - 1º jan.99/Folhapress, Moacyr Lopes Júnior - 1º jan.03/Folhapress, Jorge Araújo - 1º jan.10/Folhapress, Alan Marques - 31 ago.16/Folhapress e Pedro Ladeira - 1º jan.19/Folhapress

Presidentes têm teto de popularidade desde 2014 com polarização acirrada

Série do Datafolha desde Sarney permite ver comportamento desde redemocratização até hoje; economia, corrupção e hábitos de informação influenciam opinião do eleitor

Matheus Tupina e Cristina Sano

SÃO PAULO O Datafolha, fundado em 1983, questiona desde 1987 se os eleitores consideram o governo do presidente da República ótimo ou bom, regular, ruim ou péssimo. Desde então, a avaliação dos mandatários flutuou principalmente de acordo com o desempenho na economia, escândalos de corrupção e crises de segurança pública.

O ambiente de polarização e as mudanças na dinâmica de consumo de informações também são apontados como fatores que achataram o limite de aprovação de um presidente. Há, agora, mais eleitores convictos contra ou a favor de um mandatário, o que dificulta o avanço a índices muito altos de popularidade, como os vistos entre 2010 e 2013.

"Após 2014 nenhum presidente conseguiu atingir índices de avaliação positiva superior a 42%. Certamente a polarização contribuiu", diz Luciana Chong, diretora do Datafolha.

Ela explica que as pesquisas de avaliação de governo permitem comparação ao longo do tempo por seguirem metodologia semelhante desde a redemocratização, com exceção dos levantamentos iniciais do governo Sarney, restritos a capitais.

Para o cientista político Creomar de Souza, professor da Fundação Dom Cabral e fundador da consultoria política Dharma, a cacofonia informacional produzida pelas redes sociais é um fator relevante para entender a dificuldade de governos como o do presidente Lula (PT) de ampliar a avaliação positiva.

Se o fluxo de informação é muito rápido, afirma, os ganhos de correntes de ações do governo também tendem a se dissipar com mais rapidez, fenômeno que afeta o processo eleitoral.

Ele aponta o papel do PT na polarização e na mudança da forma como o eleitor avalia um presidente. Para Creomar, a lógi-

Jair Bolsonaro (PL)



39%
Em dez.22 foi a maior aprovação

53%
Em set. e dez.21 foram as maiores reprovações

- 1 e 5.jul.2019: Divulgação de conversas entre Moro e procuradores da Lava Jato
- 27.abr.2020: Covid-19 e auxílio emergencial de R\$ 600
- 20 e 21.jan.2021: Crise em Manaus e fim do auxílio emergencial
- 13 a 15.set.2021: Incitação contra STF em 7 de Setembro

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)



38%
Em mar, set e dez.23 foram as maiores aprovações

41%
Em fev.25 foi a maior reprovação

- 12 a 14.jun.2023: Crise política com reestruturação do governo
- 29 a 31.jul.2024: Piora do dólar e pressão por corte de gastos
- 10 e 11.fev.2025: Crise da taxaço do Pix
- 8 e 9.set.2025: Discurso sobre soberania após tarifas de Trump

Margens de erro podem variar conforme a pesquisa, mantendo os padrões de qualidade do Datafolha

ca do nós contra eles, estimulada pela sigla de Lula, provoca dificuldades para o diálogo do governo com aqueles que não são seus eleitores fiéis.

O manejo de crises políticas, e econômicas também aparece como fator recorrente na oscilação da popularidade presidencial ao longo da série histórica.

"Essa dinâmica está em seu ápice: na administração Lula, aqueles que votaram em Bolsonaro vão avaliar o governo muito mal, e os lulistas vão tendencialmente avaliar o governo muito bem, numa dinâmica em que tudo é justificável. Os acertos são sempre

justificáveis pelos apoiadores, os erros são superlativizados pelos opositores", diz Creomar.

A hiperinflação era um dos principais problemas do país no início da redemocratização. José Sarney, primeiro civil a governar o país após 21 anos de militares, criou planos econômicos para tentar conter a subida de preços e reorganizar economicamente o Estado em cenário de descontrol das contas públicas e dívida externa crescente.

Os planos Cruzado, Bresser e Verão não tiveram sucesso, e a trajetória de popularidade do presidente, que já começou bai-

xa, seguiu assim até o fim do mandato. Nem a promulgação da Constituição de 1988 conseguiu alavancar Sarney.

Nesse contexto de frustração com a economia e com a política, ganha força o discurso de combate à corrupção. O então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (à época no PRN), foi eleito em 1989 prometendo acabar com a inflação e moralizar a administração pública.

Além de não ter conseguido controlar o processo inflacionário, Collor passou a ter maior reprovação conforme os escândalos em seu governo apareciam.

Com Itamar Franco (PMDB), mais uma vez a pauta econômica voltou a ganhar protagonismo na avaliação de governo. Persistiu a inflação, e a rejeição do mineiro aumentou até a implementação do Plano Real, em 1994.

A rejeição de Itamar aferida pelo Datafolha mostra uma trégua no aumento do índice ruim ou péssimo a partir do cruzeto real, moda implementada na etapa inicial do plano, e uma virada na popularidade após o lançamento do real e a queda da inflação.

O sucesso do plano levou à eleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ministro da Fazenda de Itamar, no mesmo ano.

A popularidade inicial do novo governo refletiu a confiança no Plano Real, mas passou a oscilar diante de crises externas e do desemprego oscilante.

O colapso do sistema financeiro na Rússia impactou o mundo todo no fim do primeiro mandato de FHC, que desvalorizou o Real a partir de janeiro de 1999. A aprovação caiu e ficou em níveis mais baixos do que os primeiros quatro anos do governo.

A melhor avaliação do tucano no segundo mandato ocorreu entre fevereiro e julho de 2002, perto da eleição presidencial. O governo ainda viveu as consequências da crise econômica da Argentina e uma megarrebelião da facção criminosa PCC.

O tucano não conseguiu alçar José Serra (PSDB) ao Palácio do Planalto. Lula (PT) foi eleito com a promessa de manter as bases econômicas construídas pelo Real e focar o combate à pobreza.

O petista manteve avaliação estável da posse, em 2003, até o surgimento de escândalos de corrupção, como o mensalão, em 2005, que derrubou a aprovação.

Continua na pág. A9

Como é feita uma pesquisa Datafolha

Amostra É a quantidade de pessoas que serão ouvidas e que, seguindo critérios de representação, como idade, gênero, cidade e estado, seguindo o perfil do eleitorado brasileiro para representá-lo nos dados

Popularidade O instituto de pesquisa questiona aos eleitores se eles consideram uma determinada administração:
• Ótima
• Boa
• Regular
• Ruim
• Péssima

Margem de erro Toda pesquisa de opinião por amostra possui margens de erro, que são um limite para a flutuação do valor medido em uma pergunta, a fim de dar mais confiabilidade aos resultados. Por exemplo, se Lula é visto por 32% como ótimo ou bom, ele pode ter de 30% a 34% de avaliações positivas

Objetivo das pesquisas A ideia é retratar a opinião dos eleitores apenas no momento em que o levantamento é realizado, capturando dinâmicas de avaliação usadas pela população. Para os políticos, pode ajudá-los a criar estratégias, e a população pode ter um retrato dos rumos de um governo

Folha de São Paulo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), durante sessão na Casa. Erastivo Sa - 17.dez.25/AFP

Alcolumbre deve segurar votação de nome indicado por Lula à CVM

Presidente do Senado nega apadrinhamento e indica que só dará andamento à aprovação de Otto Lobo quando forem revelados responsáveis pela escolha

Adriana Fernandes e Mariana Carneiro

BRASÍLIA O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), avisou a aliados que pretende segurar a votação do nome indicado pelo presidente Lula (PT) para a presidência da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Em conversas reservadas, o parlamentar contesta informações de que ele seria responsável pela indicação de Otto Lobo, que provocou reação negativa no mercado financeiro.

Otto era presidente interino da autarquia desde o fim de julho. Uma semana após assumir o cargo, na contramão da área técnica, ele tomou uma decisão favorável ao Banco Master, que livrou o banco e os empresários Nelson Tanure e Tércio Borlenghi Junior de um inquérito que apurava suposta "ação orquestrada" para elevar o preço das ações da Ambipar, empresa de gestão de resíduos.

Alcolumbre disse a parlamentares que não levará o nome de Lobo a votação no Senado enquanto não forem revelados aqueles que seriam os verdadeiros padrinhos da indicação. A Fazenda se opôs à indicação e trabalhou contra Lobo, e a escolha do nome dele representa uma derrota para Fernando Haddad.

Segundo relatos de quatro pessoas que atuam no governo e no mercado financeiro, com forte interlocução em Brasília, a indicação de Lobo se deve a um consórcio formado entre parlamentares próximos do banqueiro Daniel Vorcaro, que controlava o liquidado Banco Master, e o empresá-

rio Wesley Batista, do grupo J&E Procurado, o empresário e a J&F não se manifestaram.

Alcolumbre indicou que não pretende assumir a responsabilidade pela escolha de Lobo. Ele teria manifestado a parlamentares próximos que ficou irritado com a atribuição do apadrinhamento, responsabilizando o governo Lula pela informação.

Lobo chegou à CVM em 2022, com indicação atribuída ao presidente do PP, Ciro Nogueira, que também foi relator de sua indicação no Senado. Ciro é também citado como uma das lideranças políticas mais próximas de Vorcaro na teia de influência política que o dono do Master sustentou nos últimos anos.

No mundo político, a decisão de Lula pela indicação de Lobo foi vista como tentativa de agradar ao Senado e tentar destravar a indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal. Alcolumbre negou essa leitura nas conversas que teve com aliados. Em circunstâncias normais, a mensagem com a indicação de Lobo poderia começar a tramitar no Senado em fevereiro, após o fim do recesso parlamentar. O nome seria levado à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) para uma sabatina e uma votação, e depois para o plenário.

Escândalos

Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, 58, é um advogado carioca especializado em direito societário, do mercado de capitais, arbitragem e insolvência.

Em sua presidência interina, a CVM teve de lidar com escândalos,

Otto Lobo, presidente interino da CVM e indicado por Lula para assumir em definitivo a autarquia. Divulgação Fazenda

Autarquia fiscaliza ativos de R\$ 16,7 trilhões

Vinculada à Fazenda, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) é responsável pela fiscalização de cerca de R\$ 16,7 trilhões em ativos negociados no mercado, como ações, fundos de investimentos e debêntures.

Com sede no Rio, a autarquia, considerada a xerife do mercado financeiro, é administrada por um presidente e quatro diretores nomeados pelo presidente da República.

Entre suas funções, está assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados, evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação, promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e proteger os titulares de valores mobiliários e investidores contra emissões irregulares, atos ilegais de administradores e acionistas de companhias abertas e uso de informação privilegiada.

los, como o Master, a infiltração do PCC (Primeiro Comando da Capital) na Faria Lima e a crise da Ambipar.

Em novembro, o governo do Distrito Federal foi citado e se tornou réu em processo iniciado pela autarquia referente ao BRB (Banco de Brasília) no âmbito dos negócios com o Master.

Lobo não estava entre os mais cotados ao posto de forma definitiva por Lula. Como mostrou a Folha, a aposta inicial estava nos advogados Igor Muniz, Marina Copola e André Pitta.

Muniz é presidente da Comissão Especial de Mercado de Capitais da OAB e advogado da Petrobras, e tinha apoio de senadores e de integrantes da Casa Civil.

Pitta é um dos sócios do escritório Trindade Sociedade de Advogados e conta com um perfil de atuação considerado amplo no mercado de capitais, advogando com direito societário de companhia aberta e com passagem pela B3.

Copola é diretora da CVM, indicada por Haddad, com mandato até dezembro de 2028.

Lobo está na CVM desde 2022, após indicação do então presidente Jair Bolsonaro (PL). Com a renúncia de João Pedro Barroso do Nascimento do comando da autarquia, em julho de 2025, o advogado, que era o diretor mais antigo da autarquia, passou a ocupar a presidência do órgão de forma interina.

Nascimento renunciou ao cargo em julho do ano passado, e Lobo, diretor mais antigo da autarquia até então, foi indicado interinamente para a presidência da CVM na época.

Como a Folha mostrou, a renúncia do presidente da CVM escancarou pressões políticas que cercam casos polêmicos no órgão regulador do mercado de capitais brasileiros, colocando o colegiado numa crise inédita.

Apadrinhado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), JP, como é conhecido, deixou o cargo em julho, a dois anos de terminar o mandato, aumentando o desfalque na diretoria da autarquia.

Há ainda uma vaga a ser preenchida no colegiado da CVM. Um dos cotados, com influência política, é André Vasconcellos, diretor da Fictor Alimentos. A Fictor Holding, que informou ao mercado uma proposta de compra do Master horas antes de Vorcaro ser preso pela Polícia Federal.

Vasconcellos afirmou à Folha que seu nome estava sendo cotado para a diretoria da CVM antes mesmo de assumir o cargo de Relações com investidores da Fictor Alimentos. Segundo ele, caso seja efetivamente indicado e empossado, se declarará imediatamente impedido de julgar qualquer questão envolvendo o Grupo Fictor e ainda o Banco Master, assim como seus controladores e administradores.

A Abrasca (associação das companhias abertas) considerou as indicações de Lobo e Muniz como positivas. "Como é esperado, são dois nomes bastante técnicos, com vasta experiência no mercado e amplamente conhecidos", afirmou Pablo Cesário, presidente-executivo da Abrasca.

Folha de São Paulo



Deputados em sessão na Câmara Kayo Magalhães - 17dez25/Divulgação Câmara

Congresso libera, em ano eleitoral, benefício retroativo para servidores

Medida alcança estados e municípios e reverte congelamento salarial que vigorou durante pandemia; texto aguarda sanção de Lula

VIDA PÚBLICA

Idiana Tomazelli

BRÁSILIA O Congresso Nacional aprovou uma lei que libera estados e municípios a pagarem benefícios retroativos a servidores em pleno ano eleitoral, colocando como única condição a aprovação de lei própria e indicação de espaço em seu orçamento.

O projeto foi votado no Senado na última semana de atividades legislativas em 2025, e o texto aguarda a sanção do presidente Lula (PT). O Executivo tem até o dia 12 para se manifestar (a favor ou pelo veto), ou o projeto será promulgado automaticamente.

A iniciativa reverte o congelamento de benefícios instituído entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, como contrapartida ao socorro financeiro pago pela União a estados e municípios em decorrência da pandemia de Covid-19.

A época, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) chancelou uma injeção de R\$ 60 bilhões na caixa de estados e municípios, mas condicionou a ajuda à suspensão de reajustes e outros atos que pudessem gerar aumento de despesas com pessoal. O objetivo era evitar que o dinheiro fosse usado para finalidades que não o combate à pandemia.

O próprio ministro Paulo Guedes, então chefe do Ministério da Economia, batizou a cláusula de "granada no bolso" dos servidores. A menção foi feita durante a

célebre reunião ministerial de 22 de abril de 2020, que teve a gravação divulgada por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal) a pedido do ex-ministro da Justiça e hoje senador Sergio Moro, sob a acusação de que Bolsonaro tentara interferir na Polícia Federal.

Além da vedação aos reajustes, a lei também proibiu estados e municípios de contabilizar o tempo decorrido entre maio de 2020 e dezembro de 2021 como período aquisitivo para a concessão de adicionais por tempo de serviço (mais conhecidos como amêniolos, triênios ou quinquênios), licenças-prêmio ou demais mecanismos equivalentes.

Esse tipo de instrumento, extinto na administração federal, ainda é usado pelos demais entes para dar aumentos salariais automáticos a cada período determinado de serviço.

O projeto aprovado pelo Congresso atua nesse ponto. O texto permite que estados e municípios voltem a contabilizar esse período. Na prática, vários servidores que tiveram o aumento postergado agora terão o benefício concedido, com direito ao pagamento de valores retroativos.

A proposta foi apresentada originalmente ainda em 2020, logo após a votação do socorro a estados e municípios, e mirava apenas servidores da área da educação. A autora foi a então deputada federal Professora Dorinha Seabra, hoje senadora pelo União Brasil do Tocantins.

Desde então, o texto ficou cir-

culando entre comissões da Câmara e teve o alcance estendido a outras carreiras, mas não obteve grandes avanços. Isso mudou em 12 de junho de 2025, quando um ato da Mesa Diretora da Casa, comandada por Hugo Motta (Republicanos-PB), destravou seu andamento. A decisão se deu em meio à crise do decreto do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que gerou desgaste entre Executivo e Legislativo.

Em julho, o plenário da Câmara aprovou o regime de urgência do projeto. A aprovação ocorreu em 26 de agosto, por 371 votos a 10. O texto seguiu para o Senado, onde foi apreciado em 16 de dezembro e também obteve apoio massivo: 62 a favor e só 2 contra, com 2 abstenções.

A versão original do projeto não apresentou nenhuma estimativa de impacto dos retroativos, o que levou a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara a apontar violações a dispositivos da legislação que rege as contas públicas. No entanto, os deputados contornaram o problema ao incluir a exigência de que o pagamento retroativo respeite a "disponibilidade orçamentária própria" do ente. Na prática, estados e municípios poderão decidir se a benesse cabe ou não nas contas.

A reportagem procurou todos os 26 estados e o Distrito Federal. São Paulo disse que ainda não pode tratar do tema, uma vez que a norma ainda não foi sancionada. O Rio de Janeiro afirmou que a lei "tem caráter autorizativo", e qualquer decisão dependerá de avaliação técnica, jurídica e fiscal.

BA e MG não quiseram comentar. DF, ES e PE disseram aguardar a sanção da lei para avaliar sua aplicação. O Rio Grande do Sul informou que já extinguiu os benefícios tratados pela lei. Os demais não responderam.

Quando era presidente, Bolsonaro já havia, em março de 2022 (também ano eleitoral), sancionado uma lei que permitiu o descongelamento do tempo de serviço para servidores das áreas de saúde e segurança pública. Agora, a lei aprovada pode estender o benefício às demais categorias.

O tema é visto com preocupação no governo federal, num contexto em que estados e municípios já vêm acelerando seus gastos.

Como mostrou a **Folha**, o aumento das transferências de recursos para estados e municípios, inclusive por meio de emendas parlamentares, impulsionou as despesas desses entes a um patamar acima dos gastos diretos da União, em um novo arranjo federativo que impõe desafios econômicos, fiscais e políticos.

Governadores e prefeitos pisaram no acelerador nos últimos anos e expandiram investimentos e gastos com pessoal, colhendo dividendos eleitorais disso. O temor é que essa tendência se acentue ainda mais em 2026.

Mais recentemente, os estados convenceram o Congresso a derubar vetos presidenciais à lei do Propag, programa de socorro aos entes mais endividados, em medida que vai facilitar a adesão de governos como o do Rio de Janeiro e ampliar o alívio nas dívidas com a União.

O Estado de São Paulo

Lula quer criar Ministério da Segurança Pública após saída de Lewandowski

A saída do titular da Justiça, Ricardo Lewandowski, abre caminho para a criação de um ministério exclusivo da Segurança Pública. O presidente Lula está convencido da importância de remontar a pasta, que já existiu na gestão de Michel Temer, mas disse a aliados que só poderá tirar a ideia do papel após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança, hoje parada no Congresso. A dificuldade para emplacar projetos como a PEC da Segurança e o chamado PL Antifacção foi um dos motivos que levaram Lewandowski a deixar o cargo. Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro estava contrariado com a “irracionalidade” das discussões sobre o tema, que, na sua avaliação, tendem a piorar neste ano eleitoral.

● **PERFIL.** Lula ainda não escolheu o novo ministro da Justiça, mas quer um estilo mais político na pasta. O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, é cotado para comandar a Segurança, caso haja a divisão do ministério. O PT defende o coordenador do grupo Prerrogativas, Marco Aurélio de Carvalho, para a Justiça.

● **ODARA.** O presidente procura um perfil parecido ao de Flávio Dino, antecessor de Lewandowski e hoje ministro do STF, que fazia o enfrentamento com a oposição. O secretário executivo do Ministério da Justiça, Manoel Carlos de Almeida Neto, ficará como interino no cargo e afirmou à equipe que conduzirá a transição “de coração aberto”.

● **PRONTIDÃO.** Manoel Carlos tem dito, ainda, que, se o presidente quiser, poderá fazer estudos sobre como seria a divisão do ministério, com a criação de uma pasta exclusiva para a segurança.

● **LUPA.** Andrei Rodrigues disse ao advogado Marco Aurélio de Carvalho que pedirá uma apuração sobre o vazamento de informações referentes a Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente. A Polícia Federal apura se Lulinha é sócio oculto de Antônio Camilo Antunes, o Careca do INSS.

● **REAÇÃO.** “APF não pode ser palco para ilegalidades. É preciso averiguar as circunstâncias desses vazamentos com fins políticos, pois o Fábio não é sequer alvo da investigação”, disse Marco Aurélio à *Coluna*. Ele e Andrei conversaram ontem no Planalto pouco antes da cerimônia de três anos dos atos de 8/1.

● **LÁ E CÁ.** Apesar dos elogios de Lula ao Congresso, em frente ao Planalto militantes do PT exibiam faixas com ataques aos presidentes da Câmara e do Senado. Hugo Motta e Davi Alcolumbre foram chamados de “traidores, irresponsáveis e covardes”.

O Estado de São Paulo

Tentativa de golpe

Em ato do 8 de Janeiro, Lula veta dosimetria; oposição articula reação

— Com veto à lei que reduzia pena de condenados por tentativa de golpe, presidente abre primeiro embate do ano com o Congresso; Motta e Alcolumbre não vão à solenidade

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a solenidade de ontem em memória do 8 de Janeiro, no Palácio do Planalto, para vetar o projeto que reduziria as penas dos condenados pela tentativa de golpe de Estado, conhecido como PL da Dosimetria. Em tom eleitoral, ele disse que “inimigos da democracia tentaram demolir” um “país mais justo e menos desigual” – característica que atribuiu a resultados de seu governo. A oposição reagiu e começou a articular ainda ontem a derrubada do veto.

Com uma plateia governista, o ato que lembrou a invasão e depredação das sedes dos Poderes, foi marcado por gritos de “sem anistia”. Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não compareceram ao evento. Em ano eleitoral, os parlamentares optaram por não se indispor com os bolsonaristas. O evento também não contou com a presença de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 veio nos lembrar que a democracia não é uma conquista inabalável”, afirmou Lula em seu discurso. “Foi graças à firmeza das nossas instituições democráticas que tivemos a garantia de um julgamento justo e todos os di-

reitos reservados.”

“Talvez, a prova mais contundente do vigor da democracia brasileira seja o julgamento dos golpistas pelo STF. Todos eles tiveram amplo direito de defesa. Foram julgados com transparência e imparcialidade”, completou o presidente.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que ontem entregou sua carta de demissão (*mais informações na pág. A8*), disse durante a solenidade que “os crimes cometidos contra o Estado Democrático de Direito são imprescritíveis e impassíveis de indulto, graça ou anistia, sobretudo quando envolvem grupos civis e militares armados”. Lewandowski também criticou “discursos de ódio” com o intuito de “criar um clima de nós contra eles” em direção a uma ruptura institucional.

NOVO EMBATE. O veto ao PL da Dosimetria deve ser o pivô do primeiro embate entre Congresso e Planalto em 2026. Enquanto o líder do PT, Lindbergh Farias (PT-RJ), diz acreditar que é possível garantir a manutenção do veto total, o Centrão e a oposição já iniciaram uma “grande movimentação” para articular sua derrubada. Ao *Estadão/Broadcast*, o relator do texto na Câmara, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), disse ontem que “já está trabalhando” para derrubar o veto de Lula, “logo na primeira



Cerimônia no Planalto tem forte presença de apoiadores do governo

“A não ida de Motta e Alcolumbre ao evento desta quinta-feira (ontem) já mostra que a situação do governo não vai ser boa lá no Congresso”
Paulinho da Força (Solidariedade) Deputado federal

semana” dos trabalhos legislativos. “(Vamos) Começar o ano com a derrubada do veto dele.”

O parlamentar diz que tem conversado sobre o tema com Motta, que, segundo ele, tem falado com Alcolumbre. “Há uma grande movimentação para vetar. A não ida de Motta e Alcolumbre ao evento desta quinta-feira (*do 8 de Janeiro, no Planalto*) já mostra que a situação do governo não vai ser boa lá no Congresso”, disse.

Lindbergh Farias afirmou estar convencido de que a base do governo na Casa “tem todas as condições” de manter o veto. Segundo ele, seria necessário que 34 votos fossem revertidos. “É uma tarefa muito possível”, disse na quarta-feira. “Nós vamos fazer uma campanha na sociedade. Vamos trabalhar com o placar, os nomes dos parlamentares. Acho que a proximidade da eleição de 2026 nos ajuda nessa tarefa.”

Ele avaliou como “previsível” a ausência de Motta e Alcolumbre no evento em memória dos atos golpistas de 8 de Janeiro, apontando que ambos “são candidatos à reeleição”.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), foi na mesma linha. “O ano passado não foi diferente. E uma escolha que tem que ser respeitada, a dos presiden-

tes das Casas. O importante é que a data de hoje (*ontem*) tem que ser sempre lembrada, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, disse.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), indicado pelo pai Jair como o nome para concorrer à Presidência neste ano, afirmou nas redes sociais que “Lula não quer paz”. Em publicação no X (ex-Twitter), o parlamentar disse que o presidente seria um “produto vencido, movido a ódio e ideologia”.

TERMÔMETRO. A votação – e derrubada – de vetos presidenciais foi um dos principais termômetros dos embates entre o Planalto e o Congresso em 2025. Alcolumbre assumiu a cadeira de presidente do Senado, em 2025, com 56 vetos pendentes de análise – lista que aumentou ao longo do ano.

O número será ainda maior este ano: o Legislativo entrou em 2026 com 67 vetos, incluindo o da dosimetria. Entre as pendências estão a derrubada de trechos do Marco Regulatório do Setor Elétrico, da lei para flexibilizar o Licenciamento Ambiental, da correção do Fundo Partidário e de mudanças da Lei da Ficha Limpa para reduzir retroativamente os prazos de inelegibilidade para políticos condenados – o que pode causar novos atritos entre o presidente e a classe política. ● **PEP-TAORTEGA, NAGMINATSU, GABRIEL HIRABARA-SIE E VICTOR OLIANA**

O Estado de São Paulo



Raquel Landim

Instagram @raquel.landimjornalista

Fachin tenta despolitizar o STF

Não foram só os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, que deixaram de comparecer ao ato organizado pelo Palácio do Planalto para relembrar o 8 de Janeiro.

A ausência mais emblemática foi do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin. Foi a primeira vez que o representante máximo do Judiciário não esteve presente desde que os prédios dos Três Poderes foram vandalizados três anos atrás.

Com o não comparecimento, que só foi informado ao cerimonial do Planalto uma hora

antes da cerimônia começar, Fachin evidenciou que o ato organizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu de vez a institucionalidade.

Deixou de ser uma cerimônia suprapartidária para tornar-se de vez um ato político às vésperas das eleições. O argumento do governo é que a oposição esvazia o ato por motivações eleitorais. A ausência do Judiciário coloca isso em xeque.

Fachin desistiu de ir depois de ser informado que Lula havia decidido assinar o veto ao projeto de lei de redução de penas aos condenados pelo 8 de Janeiro, incluindo o

ex-presidente Jair Bolsonaro. Colocou-se então, acertadamente, na posição de julgador. Como é muito provável que o Congresso derrube o ve-

Prevalece no Supremo a visão de que cabe ao Congresso decidir sobre legislação penal e à Corte aplicá-la

to e que alguém questione a legitimidade do ato na Justiça, Fachin achou melhor não se comprometer.

Isso não significa que o presidente do Supremo tenha rela-

tivizado seu apreço pela democracia. Voltou a afirmá-lo em cerimônia sobre o 8/1 no próprio STF. Em seu discurso no ato no Supremo, fez também um elogio ao colega Alexandre de Moraes, reforçando o espírito de corpo da instituição.

“O ministro Alexandre de Moraes colocou-se firme por dever de ofício, com sacrifícios pessoais e familiares, e esteve onde precisava estar. Não por bravata, mas porque era o seu ofício”, disse Fachin.

E não foi só Fachin que não foi ao Planalto. Nenhum outro ministro o fez. Nem mesmo Moraes.

Trata-se de uma tentativa

de evitar críticas de que o julgamento da trama golpista possa ter sido politizado e também porque sabe-se que o projeto de redução de penas dos condenados do 8/1 contou com o aval de membros do STF.

Prevalece no Supremo a visão de que cabe ao Congresso decidir sobre a legislação penal e à Corte aplicá-la. Até esse 8/1 havia um alinhamento automático do Supremo com o discurso político de Lula e do PT de defesa da democracia. Com as eleições de 2026 chegando e o uso eleitoral disso cada vez mais claro, algo se rompeu. ●

JORNALISTA E AUTORA DO LIVRO "WHY NOT?"

SE0, Carlos Pereira e Diogo Schelp (quiroz@nismat.com.br) • TER, Eliane Contarbinde e Carlos Andreazzo • QUA, Vera Rosa e Marcelo Godoy (quiroz@nismat.com.br) • QUI, William Waack e Carolina Driego • SEX, Eliane Contarbinde e Raquel Landim • SAB, Carlos Andreazzo • DOM, Eliane Contarbinde e Fernando Schizzer

O Estado de São Paulo

Eleição presidencial

Ciro Nogueira afirma que discurso radical afasta PP da candidatura de Flávio

Presidente da legenda diz que senador terá o apoio do partido se tiver posicionamento de 'centro, de unificar o Brasil'

.....
NAOMI MATSUI

O presidente do PP, senador **Ciro Nogueira** (PI), afirmou ontem ao *Estadão/Broadcast* que o Progressistas só apoiará a candidatura do também senador **Flávio Bolsonaro** (PL-RJ) à Presidência caso ele adote um discurso voltado ao centro e não à extrema direita.

“Se ele (*Flávio*) vier como um candidato de centro, um discurso mais de centro, de unificar o Brasil, tem chance de ter o nosso apoio. Se vier apenas como um candidato da extrema direita, com discurso radical, ele não tem chance de ter o nosso apoio. Depende mais dele”, disse **Ciro**.

O presidente do PP disse que um eventual embarque na candidatura de **Flávio** dependerá de como o filho de **Bolsonaro** conduzirá suas ações na campanha e que a avaliação do partido demandará tempo. “(Um apoio) não é para breve. Isso vai depender muito da campanha, da forma como o **Flávio** vai se portar.”

Ciro Nogueira e **Flávio Bolsonaro** são senadores e mantive-

ram conversas frequentes na Casa ao longo de 2025. Em 8 de dezembro, **Flávio** se reuniu com **Ciro** e outros chefes de partidos do Centrão, a fim de pedir o apoio deles ao seu nome. Na ocasião, os presidentes das siglas ficaram de analisar a proposta.

De olho nas alianças, **Flávio** tem se autodefinido como um “**Bolsonaro moderado**”, mas tem defendido a flexibilização da posse de armas e a construção de presídios como solução para a segurança pública.

Ciro Nogueira era um dos maiores defensores da ideia de que o governador de São Paulo, **Tarcísio de Freitas** (Republicanos), se lançasse ao Palácio do Planalto. À *Folha de S.Paulo*, porém, ele afirmou considerar “descartada a candidatura do **Tarcísio** à Presidência”.

Alianças

Flávio Bolsonaro busca legendas para viabilizar seu nome ao Planalto, após ser escolhido pelo pai

Flávio anunciou em dezembro do ano passado que seu pai, **Jair Bolsonaro** (PL), havia confirmado que ele será o candidato a presidente do grupo em 2026.

No Centrão, a preferência é pela candidatura do governador de São Paulo, **Tarcísio de Freitas** (Republicanos). A avaliação é de

que ele seria o único capaz de unir a direita e vencer o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** em um segundo turno.

VICE. No início de outubro, **Ciro** virou alvo de intenso ataque bolsonarista e tomou uma decisão. Ao visitar o ex-presidente na prisão domiciliar, avisou que seu nome não está disponível para ser vice em nenhuma chapa da direita ao Palácio do Planalto, mesmo se o candidato fosse o governador de São Paulo.

“Tudo o que eu falava, estavam desvirtuando porque (*diziam*) que eu queria ser vice. Para encerrar essa situação, já comuniquei ao presidente **Bolsonaro** que vou ser candidato ao Senado”, afirmou **Ciro** na ocasião, que disputará o terceiro mandato pelo Piauí.

Em entrevista ao *Estadão*, publicada no último mês de novembro, **Ciro** dizia estar confiante na união da direita já no primeiro turno das eleições presidenciais. “Tenho certeza de que isso vai acontecer. O instinto de sobrevivência e a importância dessa eleição para o futuro do Brasil não vão nos permitir errar e, por conta de disputas menores, não colocar os interesses do Brasil acima de interesses pessoais.” ●

Cotidiano

Veículo
Bom Dia São Paulo



Caraguatatuba encanta visitantes de todas as regiões.

Com 17 praias e três ilhas, as belezas naturais estão por toda a cidade. Para muitos turistas, o destino acabou se transformando em lar.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Stúdio Web Rádio do Miau
Tamoios News via instagram



Confira a quantidade de “lixo” gerado nas festividades nas cidades do Litoral Norte Paulista

As cidades do Litoral Norte tiveram muito trabalho para recolher o lixo gerado nas festividades entre o Natal e principalmente no Réveillon, quando cerca de dois milhões de turistas estiveram na região.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Diário Caiçara

Diário Caiçara via instagram

Notícias do Litoral Norte

Fala Caraguá



Prefeitura de Caraguatatuba institui regras da progressão funcional do magistério e avança na valorização dos servidores

Como parte da política de valorização dos servidores públicos anunciadas em 2025, o prefeito Mateus Silva editou o Decreto Municipal nº 2.421/2025, com as regras para a obtenção da progressão funcional do magistério da Prefeitura de Caraguatatuba, após realização de cursos de extensão ou aperfeiçoamento, pós-graduação Lato Sensu, pós-graduação Stricto Sensu (mestrado) e doutorado para desenvolvimento profissional em instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), previstos na Lei Municipal nº 2.065/2013.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Notícias do Litoral Norte

Ação educativa orienta uso de patinetes, bicicletas elétricas e ciclomotores em Caraguatatuba

Agentes da Secretaria de Segurança Pública e Mobilidade Urbana da Prefeitura de Caraguatatuba, em parceria com a Polícia Militar, a Guarda Civil Municipal (GCM) e o Departamento de Trânsito, realizaram na manhã desta quarta-feira (7) uma ação educativa de orientação a condutores de ciclomotores, bicicletas elétricas, patinetes e outros equipamentos de mobilidade individual autopropelidos. A atividade ocorreu na Avenida da Praia, no Centro da cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Denuncie Aqui

Tamoios News via instagram

O Vale



♥ Além da farda: Polícia Militar leva alimento a famílias do Perequê-Mirim, em Caraguatatuba

A Polícia Militar realizou uma importante ação social no bairro Perequê-Mirim, em Caraguatatuba, levando apoio e esperança a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Jornal Massaguaçu
Jornal Massaguaçu via instagram
Fala Caraguá
Notícias das Praias



Prefeitura de Caraguatatuba reforça importância de respeitar sinalização e não invadir área da Fazenda de Mexilhões da Cocanha

A Prefeitura de Caraguatatuba reforça a importância de moradores e turistas respeitarem a sinalização e não invadirem a área da Fazenda Marinha de Mexilhões localizada na Praia da Cocanha. O espaço é destinado exclusivamente à maricultura, atividade tradicional que garante renda, segurança alimentar e preservação ambiental, além de fazer parte da identidade cultural do município.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Rádio Web Litoral Norte

Jornal Agora Litoral Norte

Jornal Agora Litoral Norte via instagram



2ª via do carnê do IPTU de 2026 de Caraguatatuba pode ser baixada no site da Prefeitura

O contribuinte acessa à 2ª via do carnê Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 2026 no site www.caraguatatuba.sp.gov.br, na barra lateral "Serviços Online". É necessário ter em mãos o número da Inscrição Cadastral do imóvel para baixar o carnê digital e imprimir ou copiar o código de barras para pagá-lo digitalmente.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Radar Litoral via instagram
Tamoios News via instagram



CCZ DE CARAGUATATUBA ABRE 300 VAGAS PARA CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS NESTA SEXTA-FEIRA

A ação oferece aos donos de cães e gatos a chance de obter, posteriormente, um encaminhamento para as clínicas credenciadas que realizam castração. São 300 vagas para agendar avaliação de cães e gatos para o serviço de controle populacional nesta sexta-feira, a partir das 8h30.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



Última 'saidinha' de 2025 termina com 165 foragidos na RMVale

A última saída temporária de presos em 2025 voltou a chamar atenção após dados divulgados pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) nesta quarta-feira (7), que apontam que mais de 160 detentos não retornaram às unidades prisionais da região após o período autorizado para as festas de fim de ano.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



Caraguatatuba recebe segundo grupo do Projeto Turismo 60+ e reforça compromisso com a valorização da melhor idade

Caraguatatuba se prepara para receber, na segunda quinzena de janeiro, o segundo grupo de idosos do Projeto Turismo 60+, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo e Viagens, voltada à inclusão social e à valorização da população com mais de 60 anos.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

O Vale

Meon



Litoral Norte tem 9 praias impróprias; veja locais para evitar

De acordo com o boletim de balneabilidade da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), o litoral paulista possui 34 praias impróprias para o banho neste fim de semana.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura

Veículo

Stúdio Web Rádio do Miau



Caraguatatuba é cenário de grandes produções audiovisuais!



☀️ *Entre a Serra do Mar e o oceano, Caraguá reúne praias preservadas, rios, morros, áreas naturais e patrimônios históricos que funcionam como verdadeiros sets a céu aberto.*

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
TV Câmara Caraguatatuba



AGENDA CULTURAL DA SEMANA: 08 A 11 DE JANEIRO

Está no ar mais uma edição da "Agenda Cultural", com a programação para o seu fim de semana! 😎😁

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículos
Diário Caiçara
Diário Caiçara via Instagram
Radar Litoral



Guarda Municipal de Caraguatatuba prende suspeito com 182 papелotes de cocaína após denúncia de morador

A Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba prendeu, na tarde desta quarta-feira (7/1), um homem suspeito de tráfico de drogas no bairro Caputera, após denúncia direta de um morador. A ação foi realizada pela Equipe Bravo durante patrulhamento preventivo.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Diário Caiçara

Diário Caiçara via instagram



Segurança urbana: GCM retira homem trancado em banheiro da UBS Tinga e caso termina em detenção

A Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba atendeu, na tarde desta quarta-feira (7/1), uma ocorrência envolvendo um homem que havia se trancado no banheiro da UBS Tinga por medo de represálias. A ação foi registrada às 16h50.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Diário Caiçara

Diário Caiçara via instagram

Denuncie Aqui

G1



CAC preso com 10 armas e mais de 1,5 mil munições em Caraguatatuba é solto após audiência de custódia

O homem preso em flagrante com 10 armas e mais de 1,5 mil munições em uma pousada de Caraguatatuba, conforme noticiou este DIÁRIO, foi solto após passar por audiência de custódia nesta quinta-feira (8). A decisão é do Tribunal de Justiça de São Paulo, que concedeu liberdade provisória mediante o cumprimento de medidas cautelares.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Diário Caiçara via instagram

Denuncie Aqui via instagram

Radar Litoral

Radar Litoral via instagram

Tamoios News

Tamoios News via instagram

G1

Meon

Costa Norte

Rock News

CBN Vale



🔥🔥 Veículo pega fogo e provoca interdição na Serra da Tamoios

Um carro ficou totalmente destruído após pegar fogo na madrugada desta sexta-feira (9/1) na Rodovia dos Tamoios, em Caraguatatuba. O incêndio começou por volta das 5h30, no km 63, na altura da Serra Antiga, e chegou a interromper o trânsito enquanto as equipes atuavam no combate às chamas.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral



Após tentar fugir em moto furtada, homem é preso pela GCM com sacola cheia de drogas

Após tentativa de fuga em um moto sem placa por ruas do bairro Casa Branca, em Caraguatatuba, na noite de quinta-feira (9/1), um homem foi preso em flagrante por tráfico de drogas pela Guarda Civil Municipal. Ele havia dispensado uma sacola cheia de drogas, que foi localizada pelos guardas municipais.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
O Vale



Procurado por receptação é preso no Perequê-Mirim, Caraguá

Um homem procurado pela Justiça pelo crime de receptação foi localizado e preso em Caraguatatuba, nesta sexta-feira (9), durante patrulhamento pelo bairro Perequê-Mirim.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Reportagem do Dia

09.01.2026

Reportagem no programa Bom Dia São Paulo

Pauta: BDSP está em Caraguatatuba, cidade que mistura praia e clima urbano



Assista à reportagem completa [aqui](#).

09.01.2026

Reportagem no programa Bom Dia Vanguarda

Pauta: Oito praias do Litoral Norte estão impróprias para banho



Assista à reportagem completa [aqui](#).

Reportagens Passadas

08.01.2026

Reportagem no programa Jornal Vanguarda

Pauta: Homem é preso com 10 armas e 1,5 mil munições em Caraguatatuba



Assista à reportagem completa [aqui](#).

08.01.2026

Reportagem no programa Link Vanguarda

Pauta: Calor voltou no litoral; Bom Dia São Paulo estará em Caraguatatuba



Assista à reportagem completa [aqui](#).

08.01.2026

Reportagem no programa Link Vanguarda

Pauta: "SP por todas" oferece serviços públicos para mulheres



Assista à reportagem completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

10.10.2025

Entrevista com a professora, Paloma Polizeli para a TV Câmara de Caraguatatuba.

Pauta: ALUNOS DA ETEC CARAGUATATUBA SÃO CAMPEÕES DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE FOGUETES



Assista à reportagem completa [aqui](#).